

Anexo A – Capa – Exemplo 1

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE DIREITO**

ABRAÃO MODERNO PEREIRA

**DIRETIVAS ANTECIPADAS DA VONTADE:
norma viabilizadora do direito à morte digna**

São Luís
2019

Anexo A – Capa – Exemplo 2

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE DIREITO**

ABRAÃO MODERNO PEREIRA

**DIRETIVAS ANTECIPADAS DA VONTADE:
norma viabilizadora do direito à morte digna**



Anexo A – Capa – Exemplo 3

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE DIREITO**

ABRAÃO MODERNO PEREIRA

**DIRETIVAS ANTECIPADAS DA VONTADE:
norma viabilizadora do direito à morte digna**



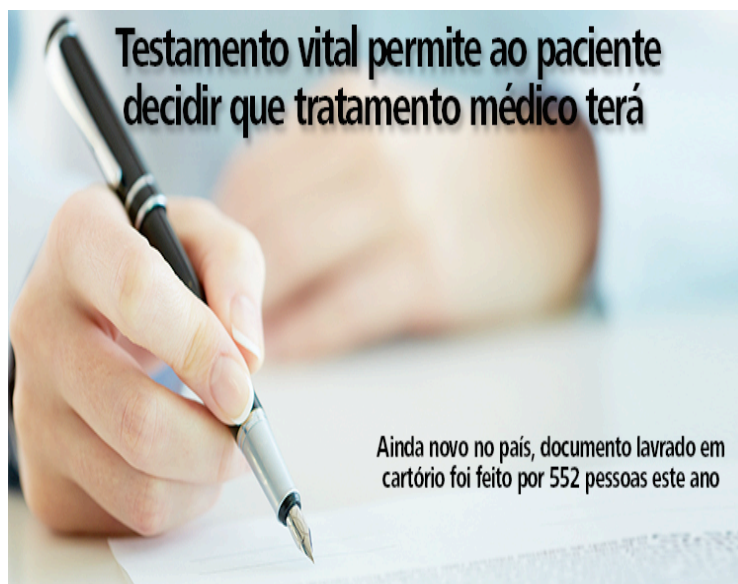
São Luís
2019

Anexo A – Capa – Exemplo 4

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE DIREITO**

ABRAÃO MODERNO PEREIRA

**DIRETIVAS ANTECIPADAS DA VONTADE:
norma viabilizadora do direito à morte digna**



São Luís
2019

Anexo B - Folha de rosto

ABRAÃO MODERNO PEREIRA

**DIRETIVAS ANTECIPADAS DA VONTADE:
norma viabilizadora do direito à morte digna**

Monografia apresentada ao Curso de Direito da
Universidade Federal do Maranhão, como requisito para
obtenção do grau de Bacharel em Direito.

Orientador(a): Prof Fulano de Tal

Anexo C – Ficha catalográfica (Pode ser Gerada pelo SIGAA)

Pereira, Abraão Moderno.

DIRETIVAS ANTECIPADAS DA VONTADE: norma viabilizadora do direito à morte digna / Abraão Moderno Pereira. - 2018.

70 f.

Orientador(a): Prof. Fulano de Tal.

Monografia (Graduação) - Curso de Direito, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2018.

1. Dignidade da pessoa humana. 2. Direito à morte digna. 3. Diretivas antecipadas de vontade. I. Tal, Fulano de. II. Título.

Anexo D - Folha de aprovação

ABRAÃO MODERNO PEREIRA

**DIRETIVAS ANTECIPADAS DA VONTADE:
norma viabilizadora do direito à morte digna**

Monografia apresentada ao Curso de Direito da Universidade Federal do Maranhão, como requisito para obtenção do grau de Bacharel em Direito.

Aprovado(a) em: ____ / ____ / ____, às ____:____ horas.

Nota: _____ (.....)

BANCA EXAMINADORA

Prof. Fulano de tal (Orientador)

Examinador (a) 1

Examinador (a) 2

Anexo E – Agradecimento (Opcional)**AGRADECIMENTO**

(Aqui o recuo deverá ser o mesmo do desenvolvimento do trabalho)

Anexo F - Dedicatória (Opcional)

Dedico este trabalho

Anexo G - Epígrafe (Opcional)

“xxxxxxxxxxxxx”
(Dream Theater)

Anexo H - Resumo em português e palavras-chave (Obrigatório, mínimo 200 palavras)

RESUMO

A presente monografia

terminal.

Palavras-chave: Diretivas antecipadas de vontade. Direito à morte digna. Dignidade da pessoa humana.

Anexo I - Resumo traduzido e palavras-chave (Obrigatório)

ABSTRACT

This

[REDACTED]

terminal state.

Keywords: Anticipated directives of will. Right to a dignified death. Dignity of the human being.

Anexo J – Sumários (Automático no Word)

Exemplo 1

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	TUTELA JURISDICIONAL COLETIVA	15
2.1	Tutela jurisdicional	15
2.1.1	Classificação	16
2.2	Direitos materiais tutelados	17
2.2.1	Direitos difusos	18
2.2.2	Direitos coletivos em sentido estrito	19
2.2.3	Direitos individuais homogêneos	20
2.3	Processo coletivo	21
2.4	Princípios do processo coletivo	23
2.4.1	Princípio da indisponibilidade mitigada da ação coletiva	23
2.4.2	Princípio da indisponibilidade da execução coletiva	24
2.4.3	Princípio do interesse jurisdicional no conhecimento do mérito	25
2.4.4	Princípio do máximo benefício da tutela jurisdicional coletiva	25
3	DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO DA TUTELA COLETIVA	32
3.1	Principais precedentes históricos do processo coletivo	32
3.2	Desenvolvimento da tutela coletiva no Brasil	33
3.2.1	Marcos legislativos	35
3.2.2	Microsistema coletivo	36
4	TUTELA COLETIVA DOS DIREITOS DO CONSUMIDOR	39
4.1	Direitos do consumidor	39
4.2	Aspectos gerais	39
4.3	Ação civil pública	42
4.3.1	Tutela inibitória	46
4.4	Ação coletiva	47
4.4.1	Associações	48
4.4.2	Legitimidade do PROCON	49
4.5	Procedimento ação coletiva e ação civil pública em defesa do consumidor ...	50
5	CONCLUSÃO	53
	REFERÊNCIAS	55

J – Sumários (Automático no Word)

Exemplo 2

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
2	TERMINALIDADE DA VIDA: perspectivas históricas e conceitos	13
2.1	Alguns aspectos histórico-culturais sobre a morte	14
2.2	O avanço da medicina e a obstinação terapêutica	15
2.3	Estados que espreitam o final da vida	16
2.3.1	Paciente terminal	17
2.3.2	Estado vegetativo permanente	18
2.3.3	Estado de coma	18
2.4	Morrer sob a perspectiva jurídica e médica	19
3	DIREITO À MORTE DIGNA À LUZ DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL	20
3.1	Direito à vida	21
3.2	Dignidade da pessoa humana	21
3.3	Direito à liberdade e o princípio da autonomia privada	21
3.4	Direito à morte digna na Constituição Federal	22
4	ORTOTANÁSIA	23
4.1	Resolução n. 1805/2006 do CFM	24
4.2	Cuidados paliativos	24
4.3	Distinção da ortotanásia em relação à eutanásia	24
4.4	Obstinação terapêutica e a distanásia	24
5	DIRETIVAS ANTECIPADAS DE VONTADE: instrumento à morte digna ...	25
5.1	Conceito e breve histórico sobre as diretivas antecipadas	25
5.2	Resolução n. 1995/2012 do Conselho Federal de Medicina.....	26
5.3	Cuidados paliativos, tratamentos ordinários e extraordinários	27
5.3.1	Cuidados paliativos.....	28
5.3.2	Recursos ordinários e artificiais	28
	Tratamentos extraordinários	28
5.4	Declaração prévia de vontade e o respeito à dignidade da pessoa humana em estado terminal	29
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	30
	REFERÊNCIAS	31
	ANEXOS	32
	APÊNDICES	33

J – Sumários (Construído Manualmente no Word)

Exemplo 3

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 TERMINALIDADE DA VIDA: perspectivas históricas e conceitos	12
2.1 Alguns aspectos histórico-culturais sobre a morte	12
2.2 O avanço da medicina e a obstinação terapêutica	14
2.3 Estados que espreitam o final da vida	16
2.3.1 Paciente terminal	17
2.3.2 Estado vegetativo permanente	18
2.3.3 Estado de coma	19
2.4 O morrer sob a perspectiva jurídica e médica	20
3 DIREITO À MORTE DIGNA À LUZ DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 ..	23
3.1 Direito à vida	23
3.2 Dignidade da pessoa humana	25
3.3 Direito à liberdade e o princípio da autonomia privada	27
3.4 Direito à morte digna na Constituição Federal.....	29
4 ORTOTANÁSIA	31
4.1 A Resolução n. 1805/2006 do CFM	32
4.2 Cuidados paliativos	33
4.3 Distinção da ortotanásia em relação à eutanásia	36
4.4 A obstinação terapêutica e a distanásia	39
5 DIRETIVAS ANTECIPADAS DE VONTADE: instrumento para uma morte digna	40
5.1 Conceito e breve histórico sobre as diretivas antecipadas	41
5.2 A Resolução n. 1995/2012 do Conselho Federal de Medicina.....	43
5.3 Cuidados paliativos, tratamentos ordinários e extraordinários	49
5.3.1 Cuidados paliativos	50
5.3.2 Recursos ordinários e artificiais	50
5.3.3 Tratamentos extraordinários	52
5.4 Declaração prévia de vontade respeito dignidade pessoa humana estado terminal..	53
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	56
REFERÊNCIAS	57
ANEXO	60

J – Sumários (Automático no Word)

Exemplo 4

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	09
2	ASPECTOS GERAIS	11
2.1	Improbidade administrativa	11
2.2	Inelegibilidade	23
3	AS HIPÓTESES DE INELEGIBILIDADE RELACIONADAS A ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA DE ACORDO COM A LEI DA FICHA LIMPA	40
3.1	A improbidade administrativa no art. 1º, I, “g”, da LC 64/90	40
3.2	A improbidade administrativa no art. 1º, I, “I”, da LC 64/90	49
4	AS PRINCIPAIS CONTROVÉRSIAS ACERCA DA APLICAÇÃO DAS ALÍNEAS “G” E “L”, DO INCISO I, DO ART. 1º da LC 64/90 E AS CONSEQUÊNCIAS PARA O CUMPRIMENTO DO REAL FIM PARA QUAL A LEI FOI CRIADA	57
4.1	A competência para o julgamento das contas a fim de configurar a inelegibilidade do Art. 1º, I, “g”	57
4.2	Análise da função da justiça especializada ante a rejeição de contas por órgão competente	63
4.3	A lesão ao patrimônio público e o enriquecimento ilícito decorrentes de ato de improbidade para configuração da inelegibilidade do Art. 1º, I, “I”	65
5	CONCLUSÃO	71
	REFERÊNCIAS	73

J – Sumários (Automático no Word)

Exemplo Sumário 5 Automático no Word

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO.....	09
2.	Intervenção do Estado na atividade econômica	11
2.1	Direito Econômico	11
2.2	A intervenção propriamente dita	14
3.	INTERVENÇÃO DO ESTADO COMO FOMENTADOR DA ECONOMIA.....	22
3.1	Estado fomentador.....	22
3.2	Principais formas de fomentar a atividade econômica.....	23
3.3	Caráter voluntário da atividade de fomento	27
3.4	Estado encorajador, o Direito premial e o interesse público	29
4.	intervenção estatal e CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR.....	32
4.1	Intervenção estatal através da Lei Consumerista	32
4.2	Instrumentos para proteger o consumidor.....	35
5.	CONCLUSÃO.....	37
	REFERÊNCIAS	39

Anexo K - Introdução**1 INTRODUÇÃO**

As diretivas antecipadas de vontade são um tema ainda pouco discutido no Brasil, e com tratamento legal ainda inexistente. Sua regulamentação teve origem com a Resolução n. 1995/2012 do Conselho Federal de Medicina, que trata de maneira geral a forma como os pacientes podem expor suas vontades frente ao fim da vida. A resolução norteia a conduta médica no enfrentamento de casos em que o paciente não deseja submeter-se a procedimentos que só prolongarão sua vida, sem garantir que sua dignidade permaneça intocável. A análise de quais técnicas podem ou não ser invasivas

Anexo L - Desenvolvimento

2 TERMINALIDADE DA VIDA: perspectivas históricas e conceitos

O fim da [REDACTED]
[REDACTED]
[REDACTED]
[REDACTED]
[REDACTED]
[REDACTED]
[REDACTED] conceitos
iniciais.

2.1 Alguns aspectos histórico-culturais sobre a morte

A [REDACTED]
[REDACTED]
[REDACTED]
[REDACTED]
[REDACTED]
[REDACTED]
[REDACTED]
[REDACTED] Afirma Àries (2000, p. 18):

Para que a morte fosse assim anunciada, era preciso que não fosse súbita, *repentina*. Quando não prevenia, deixava de aparecer como uma necessidade temível, mas esperada e aceite, quer se quisesse quer não. Despedaçava então a ordem do mundo em que todos acreditavam, instrumento absurdo de um acaso por vezes dissimulado em cólera de Deus. Por isso, a *mors repentina* era considerada como infame e vergonhosa.

E [REDACTED]
[REDACTED]
[REDACTED]
[REDACTED] familiares.

Anexo M – Considerações Finais

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão do término

Nesse

brasileiro.

Anexo N – Referências (**Obedecer as Normas da ABNT**)

REFERÊNCIAS

ARANTES, Ana Claudia de Lima Quintana. Indicações de Cuidados Paliativos. In: CARVALHO, Ricardo Tavares de; PARSONS, Henrique Afonseca. (Org.). **Manual de Cuidados Paliativos ANCP**. [S.l.], 2012. Disponível em: http://formsus.datasus.gov.br/novoimgarq/24326/4052575_345331.pdf. Acesso em: 26 dez. 2017.

ÀRIES, Philippe. **O homem perante a morte**. Tradução de Ana Rabaça. Portugal: Publicações Europa-América, 2000.

BRASIL. Código Civil (2002). **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 10 jan. 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406.htm. Acesso em: 28 nov. 2016.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei n. 9343 de 4 de fevereiro de 1997. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 4 fev 1997. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406.htm. Acesso em: 28 nov. 2016.

BULOS, Uadi Lammêgo. **Curso de Direito Constitucional**. 5 ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2010.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. **Código de Ética Médica**. Disponível em: <http://www.rcem.cfm.org.br/index.php/cem-atual>. Acesso em: 10 jun. 2017.

_____. **Resolução 1.480/1997**. Disponível em: http://www.portalmedico.org.br/resolucoes/cfm/1997/1480_1997.htm. Acesso em: 10 jun. 2017

_____. **Resolução 1.805/2006**. Disponível em: http://www.portalmedico.org.br/resolucoes/cfm/2012/1995_2012.pdf. Acesso em: 10 jun. 2017.

_____. **Resolução 1.995/2012**. Disponível em: http://www.portalmedico.org.br/resolucoes/cfm/2012/1995_2012.pdf. Acesso em: 10 jun. 2017.

CONVENÇÃO AMERICANA SOBRE DIREITOS HUMANOS. Pacto de São José da Costa Rica. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/anexo/and678-92.pdf. Acesso em: 4 out. 2017.

Anexo O - Anexos**ANEXOS**

Anexo P – Anexo detalhado

Anexo A - Sentença ação civil

Anexo Q - Apêndices

APÊNDICES

Anexo R – Apêndice detalhado

Apêndice A – Questionário elaborado